

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE



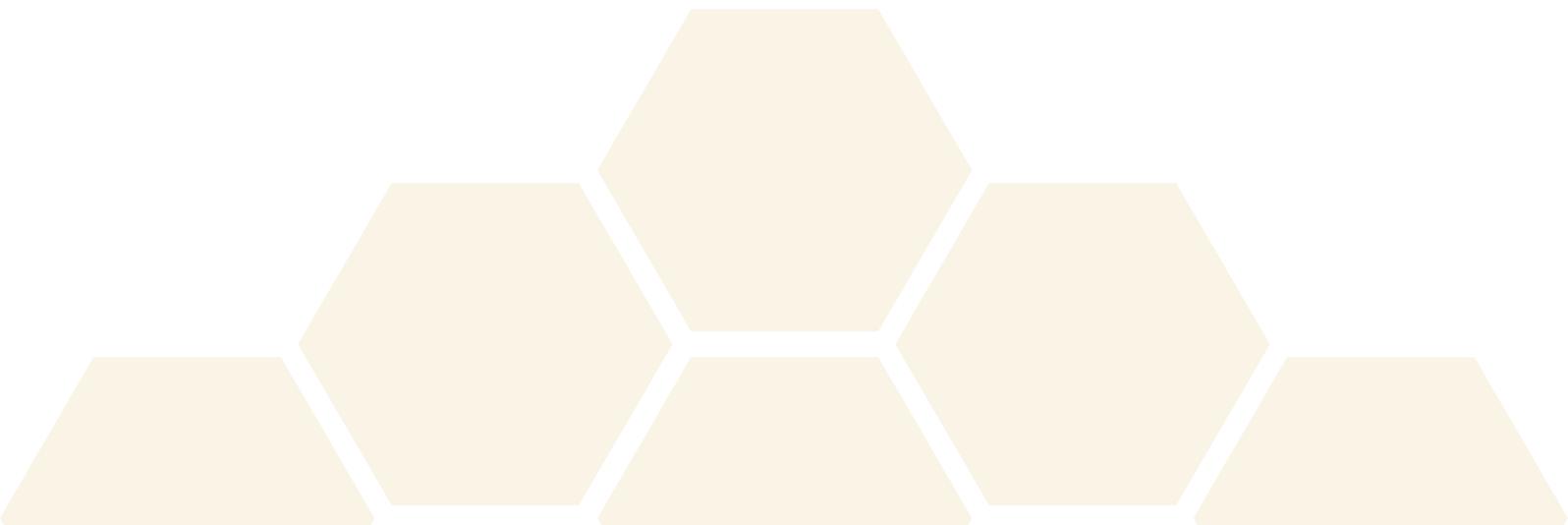
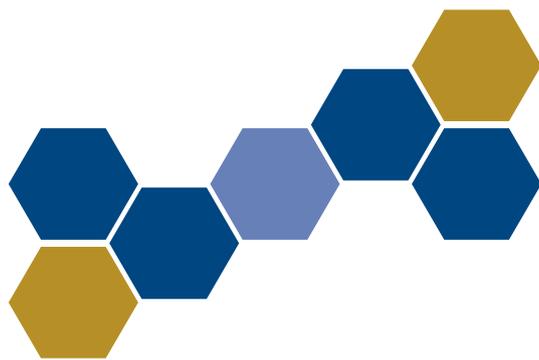
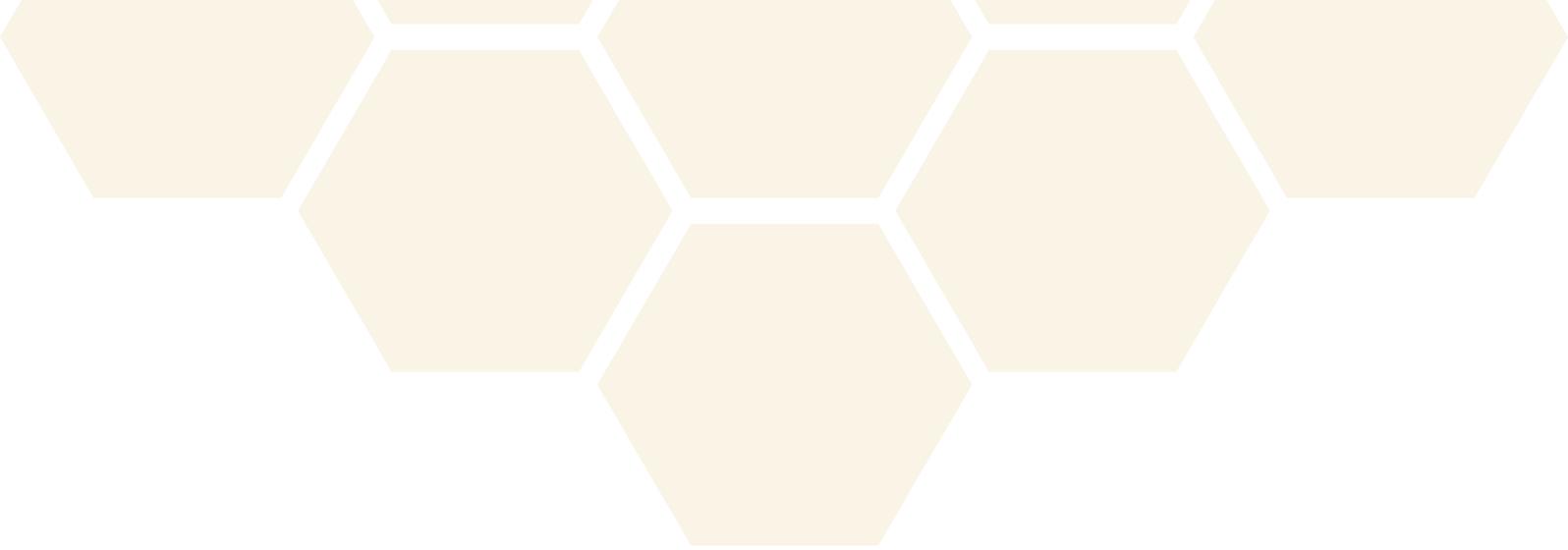
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

PLANO ESTRATÉGICO 2021-2026

PLANEJAMENTO
2021-2026



ESTRATÉGICO
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

PLANO ESTRATÉGICO 2021-2026

PLANEJAMENTO
2021-2026



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
Rua Tribunal de Justiça, s/n, Via Verde
Rio Branco, AC 69.915-631
(68) 3302-0408

Disponível para download no site: www.tjac.jus.br

-

ACRE, Tribunal de Justiça – Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre: sexênio 2021-2026. Diretoria de Gestão Estratégica. 1.ed. Rio Branco. Parque Gráfico do TJAC – 2021. 58 pág.

1. Planejamento Estratégico, Metas. Macrodesafios. Indicadores.

-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Presidente

Desembargadora **Waldirene Cordeiro**

Vice-Presidente

Desembargador **Roberto Barros**

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador **Élcio Mendes**

Juizes Auxiliares da Presidência

Dr. **Leandro Leri Gross**

Dra. **Andrea da Silva Brito**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

TRIBUNAL PLENO

Por ordem de antiguidade

Desembargadora **Eva Evangelista**

Desembargador **Samoel Evangelista**

Desembargador **Pedro Ranzi**

Desembargador **Roberto Barros**

Desembargadora **Denise Bonfim**

Desembargador **Francisco Djalma**

Desembargadora **Waldirene Cordeiro**

Desembargadora **Regina Ferrari**

Desembargador **Laudivon Nogueira**

Desembargador **Júnior Alberto**

Desembargador **Elcio Mendes**

Desembargador **Luis Camolez**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

COMITÊ GESTOR DO PLANEJAMENTO E DA ESTRATÉGIA

Portaria nº 1.230 de 28 de maio de 2021
Publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 6.842 de 31/05/2021, p. 59

Desembargadora **Waldirene Cordeiro** - Presidente

Desembargador **Roberto Barros** – Vice-Presidente

Desembargador **Elcio Mendes** – Corregedor-Geral da Justiça

Desembargadora **Regina Ferrari** (Diretora da ESJUD) – Membro

Desembargador **Laudivon Nogueira** – Membro

Desembargador **Júnior Alberto** – Membro

Juiz de Direito **Leandro Leri Gross** - Membro

Juiz de Direito **Lois Carlos Arruda** – Membro

Raimundo Angelim Vasconcelos (Diretor da DIGES) - Membro

Assessoria

Evandro Luzia Teixeira – GEPLA

Júlio César da Silva Gomes – COGER

Francisco Arnaldo de Souza Ferreira – NUEGE



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

JUÍZES DE DIREITO

Por ordem alfabética

Adamarcia Machado Nascimento	José Augusto Cunha Fontes da Silva
Adimaura Souza da Cruz	José Wagner Freitas Pedrosa Alcântara
Afonso Braña Muniz	Kamylla Acioli Lins e Silva
Alesson José Santos Braz	Leandro Leri Gross
Alex Ferreira Oivane	Lilian Deise Braga Paiva
Ana Paula Saboya Lima	Lois Carlos Arruda
Anastácio Lima de Menezes Filho	Louise Kristina Lopes de Oliveira Santana
Andréa da Silva Brito	Luana Claudia de Albuquerque Campos
Carolina Alvares Bragança	Luis Gustavo Alcalde Pinto
Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira	Maha Kouzi Manasfi e Manasfi
Clóvis de Souza Lodi	Manoel Simões Pedroga
Daniel Gustavo Bomfim Araújo da Silva	Marcelo Coelho de Carvalho
Edinaldo Muniz dos Santos	Marcos Rafael Maciel de Souza
Erik da Fonseca Farhat	Marcos Thadeu Matias Mamed
Evelin Campos Cerqueira Bueno	Maria Rosinete dos Reis Silva
Fábio Alexandre Costa de Farias	Marlon Martins Machado
Fernando Nóbrega da Silva	Mirla Regina da Silva
Flávio Mariano Mundim	Olívia Maria Alves Ribeiro
Francisco das Chagas Vilela Júnior	Raimundo Nonato da Costa Maia
Gilberto Matos de Araújo	Robson Ribeiro Aleixo
Giordane de Souza Dourado	Rogéria José Epaminondas
Guilherme Aparecido do Nascimento Fraga	Romário Divino Faria
Gustavo Sirena	Shirlei de Oliveira Hage Menezes
Hugo Barbosa Torquato Ferreira	Thaís Queiroz Borges de Oliveira Abou Khalil
Isabelle Sacramento Torturela	Zenair Ferreira Bueno
Ivete Tabalipa	Zenice Mota Cardozo
Joelma Ribeiro Nogueira	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

DIRETORIAS

Diretoria de Gestão Estratégica – **Raimundo Angelim Vasconcelos**

Diretora de Logística – **Alessandra Araújo de Souza**

Diretora Judiciária – **Raquel Cunha da Conceição**

Diretoria de Finanças e Informações de Custos – **Keuly Tavares Queiroz Costa**

Diretoria de Gestão de Pessoas – **Iriá Farias Franco Modesto Gadelha**

Diretoria de Informação Institucional – **Andrea Laina Coelho Zilio**

Diretoria de Tecnologia da Informação – **Raimundo José da Costa Rodrigues**

Diretoria Regional do Vale do Alto Acre – **Sérgio Baptista Quintanilha Júnior**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021/2026

Portaria nº 703 de 09 de março de 2021
Publicada no Diário da Justiça Eletrônico nº 6.787 de 10/03/2021, p. 141

Raimundo Angelim Vasconcelos - DIGES

Amanda de Jesus Moraes Bezerra Casas - DIGES

Célio José Moraes Rodrigues - COGER

Evandro Luzia Teixeira - DIGES

Francisco Arnaldo de Souza Ferreira - NUEGE

Hélio Oliveira de Carvalho - DILOG

Jacikley da Costa Ribeiro - DIGES

João Thaumaturgo Neto - VPRES

José Carlos Martins Júnior - Gabinete de Desembargador

Josué da Silva Santos - DIGES

Júlio César da Silva Gomes - COGER

Mario Luís Santos da Silva - DIGES

Sílvia Helena Costa Brilhante – DIGES

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABRAZ	Associação Brasileira de Alzheimer
ACAPEV	Associação Cristã de Apoio a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade
ASCONTAC	Associação de Conselheiros e Ex-conselheiros Tutelares do Estado do Acre
BSC	Balanced Scorecard
CADES	Central de Articulação de Entidades de Saúde
CDDHEP	Centro de Defesa de Direitos Humanos e Educação Popular
CER Negro	Centro de Referência do Negro
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
COICA	Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUFA	Central Única de Favelas
CUT	Central Única de Trabalhador@s
DIGES	Diretoria de Gestão Estratégica
DILOG	Diretoria de Logística
ESJUD	Escola do Poder Judiciário
FAMAC	Federação das Associações de Moradores do Acre
FEPHAC	Federação do Povo Huni Kui do Estado do Acre
FETACRE	Federação dos Trabalhadores Rurais do Acre
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FOFA	Fortaleza, Oportunidades, Fragilidades, Ameaças
GMF	Grupo de Monitoramento e Fiscalização
IAD	Índice de Atendimento à Demanda
IAJ	Índice de Acesso à Justiça
ICT	Índice de condições de trabalho
IDOB	Índice de dotações para despesas obrigatórias
IDS	Índice de Desempenho de Sustentabilidade
IEDD	Índice de execução das dotações para despesas discricionárias
IEP	Índice de execução das dotações para projetos
iGOV	Índice de Governança

iGovTIC-JUD.....	Governança de TIC para o Poder Judiciário
IPCJus	Índice de Produtividade Comparada da Justiça
IRDR	Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas
LOA	Lei Orçamentária Anual
MATPHA	Manxinerine Tsihi Pukte Hajene
MNU	Movimento Negro Unificado do Acre
MPAC	Ministério Público do Acre
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
NUEGE	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
OAB/AC	Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Acre
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OPIAC	Organização dos professores indígenas do estado do Acre
PDCA	Planejar, Desenvolver, Checar, Ajustar
PE	Planejamento Estratégico
PETIC	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PGE/AC	Procuradoria-Geral do Estado do Acre
PJe	Processo Judicial Eletrônico
PLS	Plano de Logística Sustentável
PRQV	Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho
RAE	Relatórios de Análise da Estratégia
SASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Rio Branco
SIPEAC	Sindicato dos Psicólogos do Estado do Acre
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TJAC	Tribunal de Justiça do Estado do Acre
UFAC.....	Universidade Federal do Acre

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Mapa Estratégico – Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.....	22
Figura 2.	Desenho esquemático do processo de construção do Planejamento Estratégico do Judiciário Acreano, organizado em fases.....	27
Figura 3.	Datas dos eventos com público interno e externo para construção do cenário do TJAC.....	27
Figura 4.	Ciclo PDCA - Planejar, Desenvolver, Checar e Ajustar.....	28
Figura 5.	Grau de cumprimento do Plano Estratégico 2015-2020 por perspectivas.....	29
Figura 6.	Representação da amostra dos servidores do TJAC consultada para formação de cenário.....	30
Figura 7.	Análise SWOT/FOFA do TJAC.....	36
Figura 8.	Mapa Estratégico do Poder Judiciário Acreano 2021-2026.....	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Instituições da Sociedade Civil que participaram do processo de construção do cenário ambiental do TJAC.....	31
Tabela 2.	Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Sociedade, desejados para o período 2021-2026.....	39
Tabela 3.	Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Processos Internos, desejados para o período 2021-2026.....	39
Tabela 4.	Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Aprendizado e Crescimento, desejados para o período 2021-2026.....	40
Tabela 5.	Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Sustentabilidade Financeira, desejados para o período 2021-2026.....	41



SUMÁRIO

Mensagem	16
1. HISTÓRICO INSTITUCIONAL	18
2. A CONJUNTURA NACIONAL – OPÇÃO METODOLÓGICA.....	20
3. MISSÃO, VISÃO E VALORES INSTITUCIONAIS.....	22
3.1 MISSÃO	22
3.2 VISÃO	22
3.3 VALORES INSTITUCIONAIS.....	22
4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	23
5. PLANEJAMENTO: O PASSO ESSENCIAL PARA OS RESULTADOS DESEJADOS ..	24
6. APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO	32
7. MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO ACREANO	35
8. MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO ACREANO	36
9. OBJETIVOS E RESULTADOS	37
10. A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E OS RESULTADOS.....	40
11. PLANO DE METAS, INDICADORES E AÇÕES	42
11.1 PERSPECTIVA DA SOCIEDADE.....	42
11.2 PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS	43
11.3 PERSPECTIVA DO APRENDIZADO E CRESCIMENTO	46
11.4 PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	47
12. PROJETOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA ATUAÇÃO OPERACIONAL .	49
13. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	51

Mensagem

O Poder Judiciário exerce um papel fundamental e catalisador de um Estado promotor da cidadania e regulador de direitos, com essa perspectiva, sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que os tribunais do país elaboraram seus planejamentos estratégicos com horizonte temporal de seis anos (2021-2026). O propósito visa a fortalecer a atuação do judiciário em todos os Estados e, conseqüentemente, no país.

Importa lembrar que planejar é a melhor forma de definir e alcançar os objetivos. O planejamento orienta o que deve ser feito, quando e como, assim afirmam vários especialistas. Por isso, é importante que aqueles que irão executá-lo, tenham pleno conhecimento da Missão, dos Valores e dos objetivos e metas da Instituição.

Cumprimos o papel de lembrar que a elaboração do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre foi realizada de ‘forma ativa’, utilizando processos de escuta, tanto do público in-



terno quanto de representantes da sociedade e das instituições operadoras do direito. Os resultados obtidos traduzem sonhos e compromissos, com atendimento à sociedade em consonância com a Constituição Federal.

É de se destacar, a motivação e compromisso de todos os envolvidos neste processo, em busca de se construir de forma coletiva um Plano que seja exequível e de fácil compreensão. Este documento que ora apresentamos como produto, é muito mais que um 'Plano' que cumpre a exigência institucional; ele apresenta um sentido e uma direção compatível com a **visão, missão e objetivos organizacionais**, que estão alinhados às orientações do CNJ, ultrapassando o horizonte de uma gestão. Os resultados propostos estão além de intenções, representam efetivamente o compromisso constitucional do poder judiciário em atuar nas suas diversas instâncias e esferas, primando pela efetivação da justiça e do direito fundamental do cidadão acreano.

Desembargadora **Waldirene Cordeiro**
Presidente do TJAC 2021-2023





1. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O CNJ instituiu, por meio da Resolução nº 70 de 18 de março de 2009, o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e estabeleceu que todo o Judiciário deverá elaborar o seu próprio planejamento alinhado ao Plano Estratégico Nacional, com abrangência mínima de 5 (cinco) anos, bem como, utilizar a metodologia do Balanced Scorecard (BSC) para auxiliar no monitoramento do progresso da instituição rumo à sua visão de futuro, a partir da tradução da estratégia em objetivos, indicadores, metas e projetos estratégicos, garantindo uma estratégia efetiva.

A partir desta diretriz do CNJ, o TJAC definiu sua missão e sua visão de futuro de “ser reconhecido, até 2015, pelo jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, por meio de magistrados e servidores motivados, capacitados e valorizados”. A estratégia para o alcance dessa visão de futuro e cumprimento da missão foi definida a partir de 16 objetivos estratégicos; 47 indicadores; 47 metas a serem cumpridas; e 128 projetos estratégicos. O Plano Estratégico 2010-2014 foi elaborado com o apoio da consultora EPM EXPERTS, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e contou com a participação de membros do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Em 1º de julho de 2014, por meio da Resolução nº 198, o CNJ instituiu a Estratégica Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2015-2020. Os tribunais alinharam seus Planos Estratégicos 2015-2020 aos Macrodesafios definidos pelo CNJ. Sendo assim, o processo de Planejamento Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário Acreano trouxe mais rigor metodológico, e seguiu com o alinhamento aos Macrodesafios definidos pelo CNJ e foi aprimorado com base nas lições aprendidas durante o ciclo 2010-2014. O horizonte temporal deste 2º ciclo, teve o prazo de 6 (seis) anos.

No ciclo encerrado em 2020, o TJAC definiu a visão de futuro de “ser reconhecido até 2020 pela agilidade e qualidade na prestação de serviços judiciários e sociais no Estado do Acre”. Para tanto, a Instituição concebeu sua caminhada de forma articulada ao cumprimento dos objetivos do Poder Judiciário Nacional, a partir de 14 objetivos estratégicos; 39 metas; 39 indicadores; e 14 projetos estratégicos. A execução do Projeto de Revisão do Planejamento Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário Acreano ocorreu com a participação das unidades administrativas e judiciárias e o apoio metodológico da consultoria 3GEN Gestão Estratégica.

Em 2020, o CNJ revisou e instituiu a Estratégica Nacional do Poder Judiciário, por meio da Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020, devendo, portanto, os demais órgãos do Poder Judiciário alinhar seus respectivos planos estratégicos à Estratégica Nacional, atendendo aos seguintes aspectos: ter horizonte temporal de 6 (seis) anos (2021-2026); observar os Macrodesafios e Diretrizes da Estratégica Nacional; incorporar os indicadores de desempenho e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), quando couber,



e ainda, contribuir para o alcance das Metas Nacionais do Poder Judiciário, assim como Metas Específicas.

O 3º ciclo de planejamento do Poder Judiciário Acreano, além de considerar todos os parâmetros e diretrizes estabelecidos pelo CNJ, deve sopesar as mudanças estruturais, econômicas e sociais, amplificadas pela Pandemia da Covid-19 que interferiu sobremaneira na conjuntura. Diante desse quadro, a Presidência toma a decisão de elaborar o Planejamento Estratégico pela própria equipe da Casa, com participação ativa dos magistrados e magistradas; servidores e servidoras; e colaboradores e colaboradoras, garantindo ainda, a contribuição da sociedade, mantendo os padrões e protocolos sanitários de segurança. Dentre os fatores que motivaram a decisão da Presidência em realizar o planejamento pela equipe da Instituição, destacam-se: a capacidade do corpo técnico e a situação orçamentária/financeira do TJAC, de modo a otimizar recursos.

Sendo assim, além de contar com o conhecimento e comprometimento de todos servidores e servidoras para superação destas dificuldades, foi necessário ainda, considerar e suplantar as interferências internas e externas à administração pública, como: o cenário financeiro, os processos de trabalho, a busca de permanente desenvolvimento institucional, as necessidades e os anseios da sociedade. Além de que, um planejamento elaborado pelos próprios funcionários e funcionárias será mais assertivo, pois será elaborado por pessoas que conhecem os problemas locais, conferindo mais transparência ao processo, contribuindo para que a gestão estratégica do Judiciário do Estado do Acre tenha como base uma cultura institucional de planejamento.





2. A CONJUNTURA NACIONAL – OPÇÃO METODOLÓGICA

Durante o período de construção da metodologia, foi necessário estruturar técnicas que permitissem garantir a participação e envolvimento das pessoas e dos segmentos que integram o Sistema de Justiça, sem promover aglomeração e contato físico. Fato gerado em decorrência das interferências externas ocasionadas pela Pandemia de Covid-19, que gerou impactos negativos à situação sanitária do país e, conseqüentemente, do Estado.

No entanto, a conjuntura alterou o formato, mas não mudou o conceito e o conteúdo. Nesse sentido, conforme as resoluções do CNJ e as orientações estratégicas previstas para o desempenho e desenvolvimento da proposta do Planejamento Estratégico, foram observados os Macrodesafios apontados no Planejamento Estratégico Nacional (Figura 1), como forma de garantir a integração da política, tendo como fio condutor a missão nacional: Realizar justiça.



Figura 1. Mapa Estratégico – Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.



Além da articulação nacional com o sistema, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), materializados na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), é fonte balizadora para as ações desenvolvidas pelo TJ. O objetivo principal desta agenda se destaca em:

Contribuir para os aspectos de sustentabilidade ambiental, social e de governança.

A execução da agenda segue as normas locais, adaptando suas ações aos objetivos globais, para a promoção de políticas e relações sociais de trabalho baseadas nos valores que fortaleçam os direitos, para inclusão, proteção, com foco na redução da criminalidade, respeito às diversidades e aos direitos humanos; apontando para o engajamento dos servidores, com capacitação para o trabalho e fortalecimento das relações sociais e institucionais.



3. MISSÃO, VISÃO E VALORES INSTITUCIONAIS

3.1 MISSÃO

Garantir justiça para a paz social.

3.2 VISÃO

Ser reconhecido até 2026, como instituição que dialoga e presta serviços efetivos, ágeis e de qualidade aos jurisdicionados.

3.3 VALORES INSTITUCIONAIS

Justiça, Celeridade, Honestidade, Ética, Independência, Eficiência e Efetividade, Respeito, Transparência, Compromisso, Moralidade, Responsabilidade Social e Ambiental.



4. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Dada a importância das resoluções, dos planos de ações com seus respectivos programas e projetos já elaborados, foram consideradas as propostas neles existentes como referência e complementação ao Planejamento Estratégico 2021-2026, a saber:

- Resolução CNJ nº 325 de 29 de junho de 2020;
- Agenda 2030 no Poder Judiciário – CNJ – ODS;
- Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre 2015-2020;
- Plano de Gestão do Tribunal de Justiça do Acre Biênio 2021-2023;
- Plano Inicial da Corregedoria-Geral da Justiça TJAC Biênio 2021-2023;
- Plano de Gestão da Escola do Poder Judiciários (ESJUD) 2021-2023;
- Plano de Ação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF) do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas 2020-2022;
- Plano de Implantação, difusão e expansão da Justiça Restaurativa do TJAC 2020-2022;
- Plano de Gestão da Coordenadoria da Infância e Juventude 2019-2021;
- Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) 2015-2020;
- Plano de Logística Sustentável (PSL) 2020.



5. PLANEJAMENTO: O PASSO ESSENCIAL PARA OS RESULTADOS DESEJADOS

A metodologia utilizada para o planejamento estratégico contemplou etapas que possibilitaram a formulação de estratégias, com apontamentos e definição de objetivos, projetos e ações alinhadas à missão Institucional. Todas as ações estratégicas propostas devem ser monitoradas através de indicadores de desempenho.

Para obter resultados satisfatórios no processo de construção do planejamento, foram necessários o envolvimento e a participação da comunidade institucional e social a quem se destina: gestores, servidores, colaboradores e atores externos pertencentes ao universo jurídico e representantes da sociedade civil. Este formato permitiu que os objetivos fossem delineados e articulados com as ações estratégicas propostas. Implicou, portanto, observar o ambiente interno, as perspectivas sociais e as condições estruturais.

Conjugar interesses internos, anseios sociais e os elementos estruturantes facilitou o alcance da identificação de resultados alinhados aos objetivos finalísticos.

Importa dizer que: todos os passos para tecer um planejamento e gerar mudanças necessárias, iniciam com o encontro entre pessoas. Nesse sentido, a atuação no ambiente aceita diferenças, mas deve primar pela convergência de ideias. Neste sentido, o somatório de esforços e intenções são dirigidos com foco nos resultados esperados.

Assim, esta ferramenta de gestão será aplicada no ambiente organizacional, mediante a análise dos atores internos e externos. Por concepção, significa buscar o balanço entre os espaços nas seguintes perspectivas:

DA SOCIEDADE - intenciona os resultados, orienta as ações para efetivar os seus anseios de acordo com o ambiente.

DOS PROCESSOS INTERNOS - analisa e atua no ambiente, identifica os pontos críticos e fortalece os pontos fortes, a fim de facilitar a atuação interna para a concretização dos objetivos.

DA APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO - identifica os sistemas e as pessoas como potencial para a melhoria e qualidade da atuação institucional.

DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA - gestão com foco no equilíbrio de receitas e despesas, com o objetivo de sustentar a organização.

A proposta metodológica, do ponto de vista normativo, foi definida, conforme as diretrizes do CNJ, em atendimento especial à resolução nº 325 de 29/06/2020 que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o ciclo 2021-2026, que está resumida, em fases, na figura a seguir (Figura 2). O cronograma de realização das reuniões e oficinas componentes destas fases está resumido no quadro de datas de realização dos eventos para elaboração do PE (Figura 3):

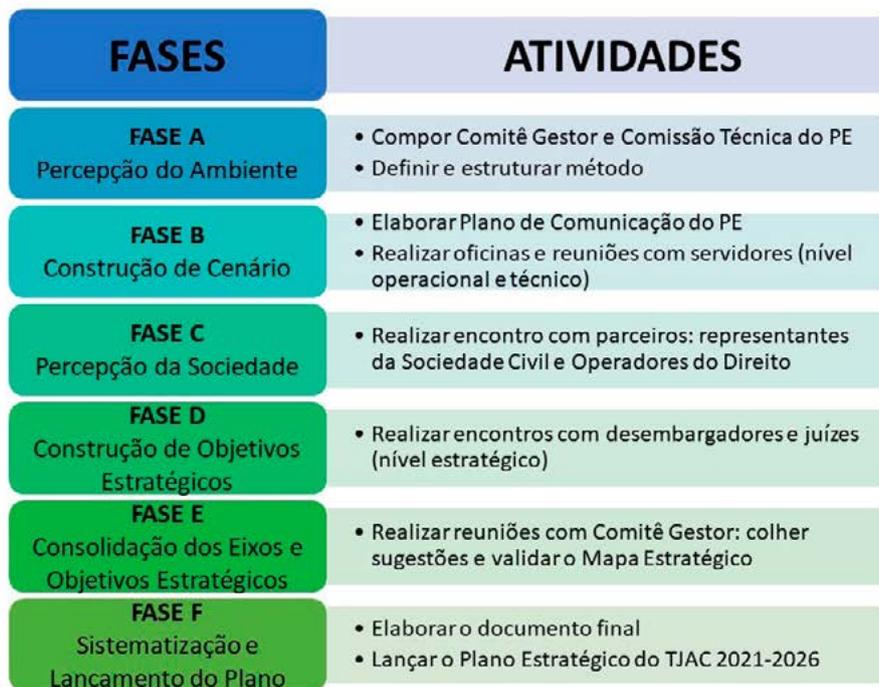


Figura 2. Desenho esquemático do processo de construção do Planejamento Estratégico do Judiciário Acreano, organizado em fases.

DATA	EVENTO
03/02	• Reunião com Diretores
09/03	• Oficina com Gerentes
18/03	• Reunião com Magistrados
19/03	• Reunião com representantes de Sindicatos
22/03	• Reunião com Gerentes
25/03	• Oficina com Diretores de Secretaria
30/03	• Oficina com Supervisores Administrativos
31/03	• Reunião com Assessores Judiciários 1º Grau
16/04	• Reunião com a Sociedade Civil
20/04	• Reunião com Operadores do Direito
23/04	• Reunião com Desembargadores
27/04	• Reunião com Juízes

Figura 3. Datas dos eventos com público interno e externo para construção do cenário do TJAC.

Do ponto de vista da gestão, seguiu aos compromissos expressos no Plano de Gestão 2021–2023, que assumiu a responsabilidade de efetivar a construção do Planejamento Es-



tratégico para o Poder Judiciário do Estado do Acre em consonância com o Plano do CNJ. Por orientação, foram observados os eixos da Agenda 2030 – ODS, que essencialmente primam pela responsabilidade social e ambiental; além desta articulação de propósitos, foi observado o acúmulo de experiências do Tribunal de Justiça do Acre, na formatação de outros planos. Por isso, o planejamento do sexênio anterior serviu como memória e referência para atual proposta.

METODOLOGIA EM FASES

A construção do Planejamento estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre foi baseada em processo participativo observando as orientações do BSC (Balanced Scorecard) e complementações advindas de experiências do planejamento situacional. O BSC propõe uma metodologia que visa medir o desempenho. Foi desenvolvida em 1992, por Kaplan e Norton, que se preocupam em traduzir a visão e a estratégia da organização em um conjunto articulado de medidas de desempenho que expressem os objetivos frente aos seus desafios (Kaplan e Norton, 1997).

A proposta apresenta uma visão da organização por meio de levantamento de informações de cenários associados às metas conforme a realidade da instituição, o procedimento deve seguir ao Desenho Lógico do Planejamento, Ciclo PDCA (Planejar, Desenvolver, Checar e Ajustar) (Figura 4):

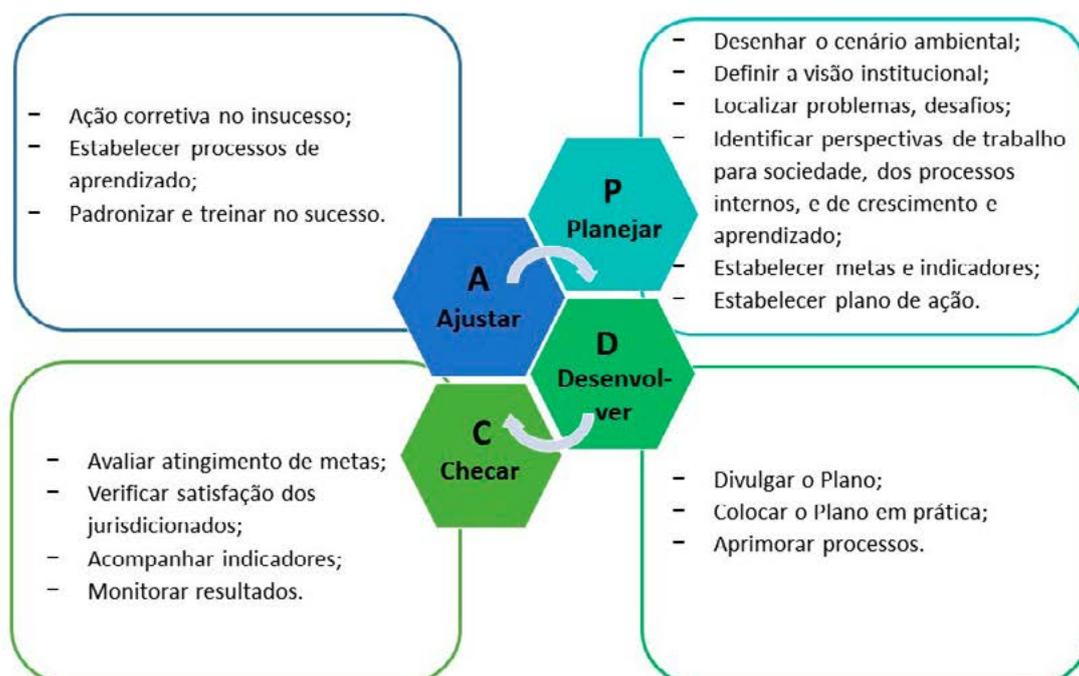


Figura 4. Ciclo PDCA - Planejar, Desenvolver, Checar e Ajustar.



FASE A - PERCEPÇÃO DO AMBIENTE

Com a intenção inicial de garantir a maior e melhor participação possível para o processo de organização do Planejamento Estratégico, foram realizadas 03 (três) reuniões de nivelamento com magistrados, diretores e gerentes, para socializar a proposta metodológica e sensibilizar a participação de todos os setores. Além de constituir uma equipe técnica de trabalho.

FASE B - CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO

Nesta fase, foram realizadas 10 (dez) reuniões em formato de oficinas oficiais, com magistrados, diretores, gerentes, assessores, servidores, colaboradores e com representantes da sociedade (órgãos de justiça e da sociedade civil). Com a colaboração dos referidos segmentos foi possível a leitura e identificação das condições básicas da Instituição. Por elas foram depuradas as referências do ambiente institucional (interno e externo), produzindo elementos para a matriz de SWOT, onde se incorporaram os sentimentos e os aspectos identitários locais.

Estes eventos foram organizados pelos membros da Comissão técnica, responsável pela busca de subsídios para a elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026 (Portaria PRESI nº 703 de 09 de março de 2021 que, durante os encontros, apresentou e resgatou elementos estruturantes do planejamento do sexênio antecedente, haja vista que a Instituição se constitui de várias ações desenvolvidas nos períodos anteriores, destacando os objetivos, indicadores, metas projetadas até 2020, e os resultados alcançados até janeiro de 2021, conforme consta na figura a seguir (Figura 5).

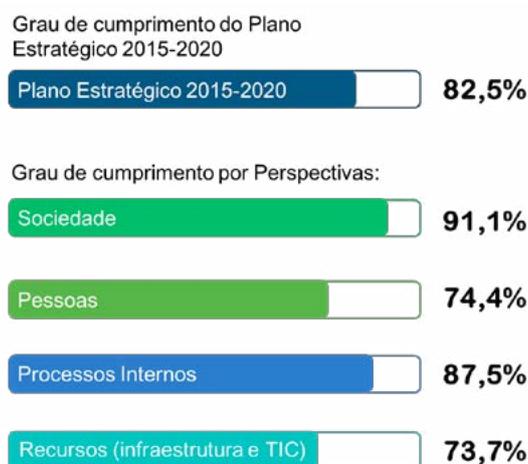


Figura 5. Grau de cumprimento do Plano Estratégico 2015-2020 por perspectivas¹.

¹ Não estão contabilizadas 4 metas da perspectiva Processos Internos: Índice de atendimento a demanda no 1º Grau; Índice de atendimento a demanda no 2º Grau; Taxa de congestionamento processual global; e Impulsioneamento de processos de obras públicas paradas. Para ver os resultados detalhados, acesse o https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/P.E.-2015-2020-RAE-2020-Adm-e-Judiciais_optimize.pdf



Ainda nesta Fase, foram realizadas atividades de escuta ambiental, através de questionários virtuais, que objetivavam conhecer a percepção e avaliação do ambiente, identificar fragilidades, sonhos e ainda, receber sugestões dos participantes. Tais informações foram cruzadas com as propostas, sugestões e avaliações oriundas dos eventos anteriores.

Durante a formação do cenário ambiental, 02 (dois) aspectos chamaram a atenção, por serem apontados em todos os eventos realizados, e ainda devido à quantidade de vezes que foram mencionados: a **comunicação**, tanto a interna, entre a equipe e a alta gestão, como a comunicação com a sociedade de uma forma geral; e a **relação entre o que é planejado e o executado**. O que significa pontos que necessitam de atenção especial da gestão institucional.

O processo de construção do cenário, contou com a participação direta de 733 servidores e colaboradores, envolvendo profissionais que trabalham nas Comarcas do Interior e na Sede. Com essa metodologia foi possível prospectar as diferenças e semelhanças entre os olhares nos que diz respeito à estrutura, organização e procedimentos institucionais, além dos aspectos multidimensionais trazidos pela realidade da região amazônica.

NÚMEROS ENVOLVIDOS

Durante o processo, contou-se com 733 servidores, validando a metodologia proposta. A quantidade de pessoas consultadas foi estatisticamente relevante. A amostra ouvida teve grau de confiança de 95% e uma margem de erro de 3% para um universo de 2.109 servidores: 65 magistrados e 2.044 servidores (Justiça em Números, 2020), representou 35% dos servidores do TJAC. Os servidores foram ouvidos durante a realização de 10 oficinas e reuniões e ainda, por meio de questionários virtuais (formulário Google). 365 servidores participaram dos encontros e outros 368 técnicos responderam ao questionário virtual (Figura 6).

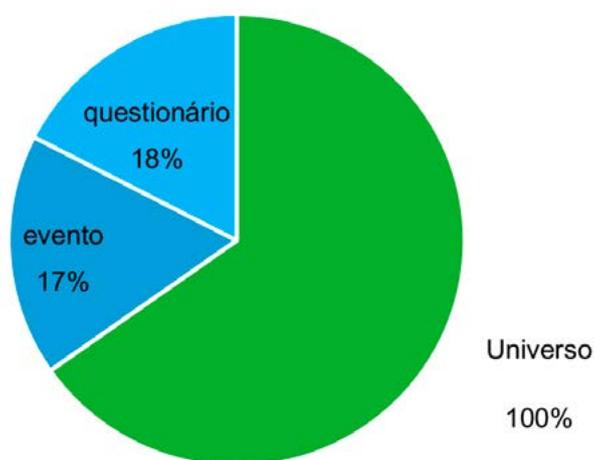


Figura 6. Representação da amostra dos servidores do TJAC consultada para formação de cenário.



FASE C – PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE

Atendendo ao que se preconiza as resoluções do CNJ e cumprindo com a proposta de gestão do TJ Acre, foram organizados 2 (dois) momentos de escuta da sociedade, instituições parceiras e órgãos operadores de direito. Estes eventos, além de promoverem e produzirem avaliações e contribuições para a Instituição, serviram como meio de aproximação institucional.

SOCIEDADE CIVIL

Participaram desta fase 27 (vinte e sete) instituições representantes da sociedade civil: pastoral carcerária, mulheres, negros, juventude, povos indígenas, religiosos, deficientes, idosos, crianças e adolescentes, sindicalistas, produtores rurais, associações de moradores, comunidade e pesquisadores acadêmicos. O encontro com a sociedade civil organizada, (Tabela 1) realizado de forma virtual, foi considerado, pelos participantes, como um importante marco de diálogo entre o Tribunal de Justiça e a Sociedade.

Tabela 1. Instituições da Sociedade Civil que participaram do processo de construção do cenário ambiental do TJAC.

ENTIDADE	
1	Associação Brasileira de Alzheimer - ABRAZ
2	Associação Cristã de Apoio a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade - ACAPEV
3	Associação de Conselheiros e Ex-conselheiros Tutelares do Estado do Acre - ASCONTAC
4	Associação Mulheres Negras do Acre
5	Central de Articulação de Entidades de Saúde - CADES
6	Central Única de Trabalhador@s – CUT Acre
7	Centro de Defesa de Direitos Humanos e Educação Popular - CDDHEP
8	Centro de Referência do Negro – CER Negro



9	Conselho Tutelar de Cruzeiro do Sul
10	Conselho Tutelar de Plácido de Castro
11	Conselho Tutelar de Rio Branco
12	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB
13	Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica - COICA
14	Federação das Associações de Moradores do Acre – FAMAC
15	Federação do Povo Huni Kui do Estado do Acre – FEPHAC
16	Federação dos Trabalhadores Rurais do Acre – Fetacre
17	Fórum Permanente de Educação Étnico-racial do Estado do Acre
18	Instituto Ecumênico do Acre
19	Manxinerine Tsihi Pukte Hajene - MATPHA
20	Movimento Negro Unificado do Acre - MNU
21	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI da Universidade Federal do Acre – UFAC / Rede MulherAções / Ouvidoria
22	Organização dos professores indígenas do estado do Acre - OPIAC
23	Pastoral Carcerária
24	Pastoral da Criança
25	Pastoral da Juventude e agente voluntário da Comissão Pastoral da Terra - CPT
26	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Rio Branco – SASDH
27	Sindicato dos Psicólogos do Estado do Acre - SIPEAC



OPERADORES DO DIREITO

O Sistema de Justiça do Estado do Acre foi representado por 6 (seis) instituições: Ministério Público do Acre (MPAC), Ordem dos Advogados do Brasil/AC (OAB/AC), Procuradoria-Geral do Estado do Acre (PGE/AC), Polícia Civil, 2 Procuradorias-Gerais dos Municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

FASE D – CONSTRUÇÃO DOS MACRODESAFIOS E FORMULAÇÃO DE RESULTADOS E OBJETIVOS

Consistiu na leitura técnica das contribuições dos magistrados, diretores e servidores, realizadas nas fases anteriores. O conteúdo foi sistematizado em propostas de macrodesafios e perspectivas de resultados desejados. Devidamente construídos a partir do diagnóstico (percepção de cenários), comparados com as diretrizes do CNJ e orientações dos ODS. Nestas reuniões foram definidas e sistematizadas as propostas de ações estratégicas em consonância com os resultados desejados para a Instituição.

FASE E - CONSOLIDAÇÃO DOS EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Considerando os cenários, macrodesafios, resultados e propostas, foi elaborada a minuta final do Planejamento Estratégico, momento em que foi revista a proposição da Missão, Visão e Valores, como aspectos fundamentais à instituição, referencial norteador da execução do Planejamento Estratégico.

FASE F – SISTEMATIZAÇÃO E LANÇAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO

O documento foi sistematizado pela Comissão de Estudos para Elaboração do Planejamento Estratégico 2021/2026 (Portaria nº 703/2021) e submetido ao Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Acre (Portaria nº 1.230/2021), o qual foi discutido e validado, sendo posteriormente aprovado pelo Pleno do TJAC.



6. APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO

A identificação do cenário é condição básica para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico Institucional de uma organização. Dada a esta premissa, deve ser considerado que:

O Planejamento Estratégico é proveniente de interesse institucional, incorporado pela autoridade de Gestão. O seu início se dá a partir de processos de análises dos ambientes da organização institucional, considerando as diferentes perspectivas, pois é por elas que se definem as diretrizes para atuação institucional. Compreende-se que assim é possível definir percursos, coordenar as ações externas e internas, desenhar e tomar decisões frente aos desafios que possam comprometer o desempenho institucional. Isto é focar no futuro.²

Desta forma, as percepções e orientações, advindas de forma representativa e direta, dos gestores e servidores do TJAC. Materializam pensamentos e sonhos; contribuem com a organização de processos e procedimentos. No PE constam as propostas de ações que serão executadas para o alcance dos Objetivos e Metas organizacionais em prazo pré-estabelecido, neste caso, dentro de um horizonte temporal de 6 anos, que compreende o período 2021-2026.

Com base no conceito apresentado e seguindo aos procedimentos metodológicos do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre, foram realizadas 12 (doze) oficinas/reuniões, ver prancha de prints dos encontros (Anexo 1), cujos trabalhos foram conduzidos por meio de perguntas orientadoras, todas as programações dos eventos seguiram o mesmo roteiro, cujas perguntas foram adaptadas, conforme o público participante (Anexo 2), sendo:

- a. Eventos internos: 10 encontros com servidores e colaboradores;
- a. Eventos externos: 2 encontros: 1 com a sociedade civil organizada (27 instituições) e 1 encontro com operadores do direito - Sistema de Justiça (6 instituições);

Para além destes universos, foi realizado processo de consulta com servidores, por meio de questionário virtual (Formulário Google), que contou com a colaboração de 368 servidores. As respostas obtidas também foram sistematizadas para efeito da produção da matriz de cenário e proposições de ações:

² Entendimento extraído em: MULLER, Cláudio, UFRS – 2003.



ANÁLISE DE CENÁRIO

Importa observar os rumos sugeridos pelas análises realizadas, resumida na Matriz SWOT/FOFA, incluída abaixo (Figura 7), que além de consolidar o contexto, reforça o compromisso institucional do Tribunal voltado, essencialmente, às pessoas, com destaque aos jurisdicionados, base central da missão; aos magistrados, servidores e colaboradores, que são os operadores que garantem o funcionamento e operacionalização das ações.

Afinado a esta percepção, destaca-se todas as diretrizes apresentadas nas resoluções do CNJ. Trata-se especialmente em atender com **eficiência e celeridade** aos jurisdicionados, atento à realidade social e política, em análise às intercorrências e interferências do ponto de vista externo, que apontam riscos que podem comprometer o desempenho do trabalho, tais como: aumento da demanda, instabilidade financeira do país, crise sanitária gerada pelo Covid-19, desconhecimento do público e da missão institucional. Estas questões apontam para as possibilidades de comprometimentos dos resultados, o que requer observação e boa governança sobre os **processos internos** (fluxos e outras denominações), organização e condução dos procedimentos organizativos da instituição e reestudo da estrutura institucional. Tendo em vista que tais cuidados, as análises e proposições corroboram com a qualidade e efetividade dos resultados, tanto na **governança administrativa** como na **judiciária**, haja vista, que esse procedimento contribui para ampliar a capacidade de **julgar** e reduzir o **tempo de espera** dos processos.

A análise se aprofunda, ainda, em elementos que podem ser denominados como estruturantes para o desempenho: **gestão orçamentária e financeira**, que numa perspectiva de futuro (de médio prazo), poderá ser comprometida, consequência da conjuntura econômica do país.

As observações feitas durante as oficinas e por meio dos documentos encaminhados, mostram que, em decorrência das interferências, devem ser evidenciadas, como prioridade, ações que assegurem a imagem e o bom funcionamento da Instituição, de forma a evitar quaisquer retrocessos. Tais como: elaboração de projetos, fortalecimento de parcerias, captação de recursos externos e relações **sociais e institucionais** voltadas às atividades corporativas, articuladas com outros órgãos e segmentos.

Complementa-se a essa proposição, a necessidade estrutural de investimento em **equipamentos e políticas de tecnologias da informação**, visando a segurança do aparelho público e sua equanimidade com os demais setores da **sociedade e órgãos da justiça**. Pareado a esta ideia, está o zelo com os **jurisdicionados e servidores**, que necessitam de **estrutura física adequada** ao atendimento, com conforto e segurança e **proteções sanitárias**; priorizando adequação dos espaços físicos (sedes e comarcas mais vulneráveis), com a devida **atenção regional**.

As preocupações do ponto de vista interno apontam para a necessidade de manter uma política de **qualificação e valorização de todo o quadro de pessoal**, como estra-



tégia de fortalecimento da atuação local, além de promover estudos, para médio e longo prazo, sobre o perfil de servidores e quadro de competências instaladas no TJAC. Além da recomposição dos quadros (magistrados e servidores), diante da possível defasagem e insuficiência desta estrutura, frente ao crescimento da violência e a fragilização de outras políticas públicas.

Neste contexto, é reconhecida positivamente a capacidade estrutural e intelectual instalada à Escola do Poder Judiciário (ESJUD), como referência para a valorização e qualificação dos quadros técnicos administrativos e jurídicos. O que remete afirmar que a capacitação deve ser permanente e intencional para contribuir com situações diversas vinculadas à função do servidor.

O cenário aponta para a necessidade de investimento na **política de comunicação** interna e externa como meio de garantir a informação, ampliar os conhecimentos sobre o papel e atuação, além de melhorar e fortalecer a **imagem institucional**. Para tanto, é importante a revisão das estratégias comunicativas adotadas.

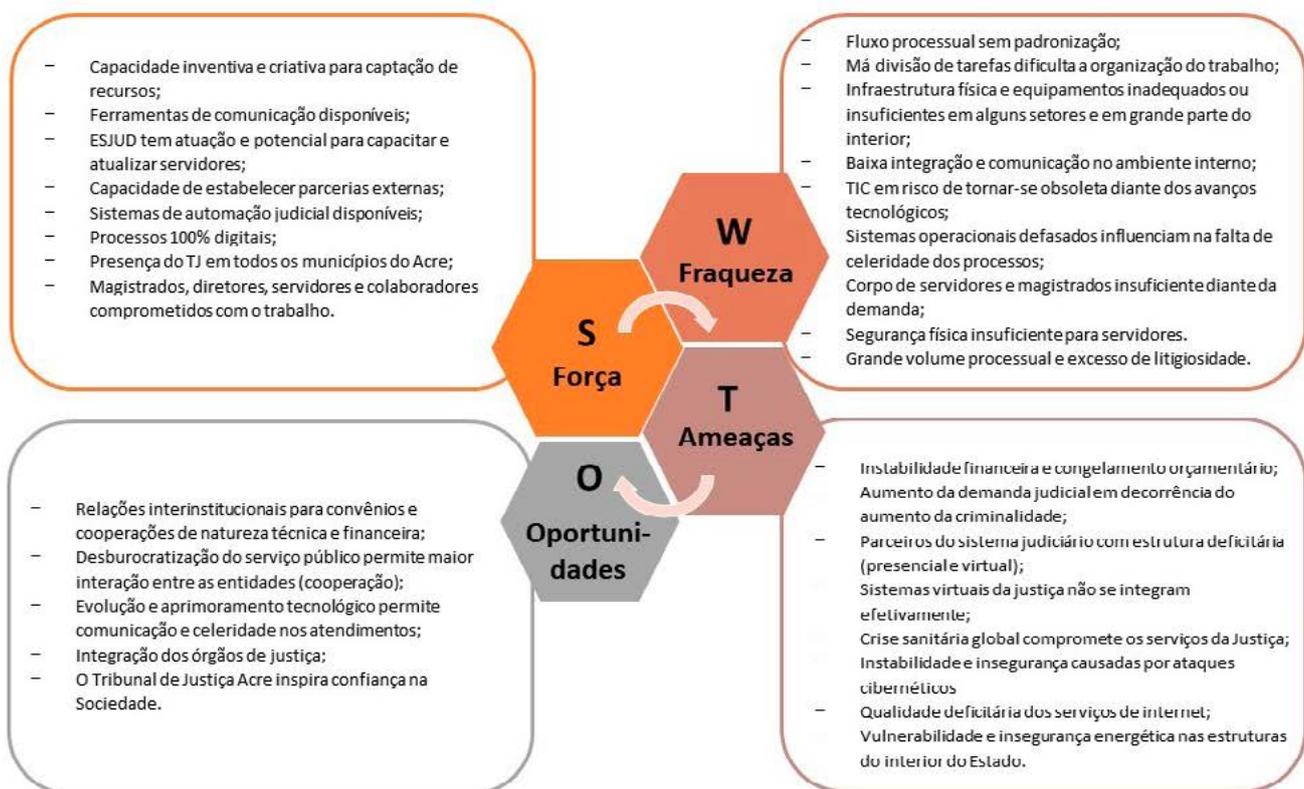


Figura 7. Análise SWOT/FOFA do TJAC.



7. MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO ACREANO

Após análise das escutas promovidas pelos diferentes instrumentos (oficinas, encontros e reuniões virtuais - internas e externas), foi possível promover uma síntese do ambiente institucional que, em conformidade com os problemas identificados, apontou para os seguintes **macrodesafios**:

- i. Garantir direitos aos jurisdicionados;
- ii. Fomentar a mediação de conflitos e reduzir litígios;
- iii. Fortalecer relações institucionais;
- iv. Estabelecer rotinas de boas práticas e melhoria contínua em processos e procedimentos internos;
- v. Reestruturar política de comunicação institucional e estratégica ao alcance da sociedade e do público interno;
- vi. Garantir celeridade e efetividade nos julgamentos processuais;
- vii. Aprimorar a Governança Judiciária;
- viii. Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal;
- ix. Promover políticas e práticas de sustentabilidade ambiental;
- x. Capacitar e valorizar servidores e colaboradores;
- xi. Fortalecer a gestão de TIC;
- xii. Definir estratégia institucional para o pós-pandemia;
- xiii. Ampliar e diversificar fontes de recursos orçamentários e financeiros;
- xiv. Otimizar recursos orçamentários e financeiros;
- xv. Assegurar infraestrutura adequada ao interior e à capital.



8. MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO ACREANO



Figura 8. Mapa Estratégico do Poder Judiciário Acreano 2021-2026.



9. OBJETIVOS E RESULTADOS

Os objetivos e os respectivos resultados desejados para os próximos seis anos foram gerados observando o cenário e macrodesafios identificados (Tabelas 2, 3, 4 e 5).

Tabela 2. Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Sociedade, desejados para o período 2021-2026.

SOCIEDADE			
MACRO-DESAFIOS	1. Garantir direitos aos jurisdicionados	2. Fomentar a mediação de conflitos e reduzir litígios	3. Fortalecer relações institucionais
OBJETIVOS	1. Levar serviços de acesso à justiça para população mais vulnerável	2. Ampliar a resolutividade do TJAC de forma consensual	3. Aproximar e efetivar relações institucionais para prestação de serviços
RESULTADOS	1.1. Maior entendimento da missão institucional; 1.2. Resolutividade das ações processuais; 1.3. Direitos garantidos.	2.1. Sociedade reconhece e confia na Justiça do Acre; 2.2. Política de mediação de conflito é referência institucional; 2.3. Reduzida a entrada de processos judiciais; 2.4. Participação de instituições e sociedade em procedimentos extrajudiciais.	3.1. Parcerias institucionais efetivadas com a Sociedade e Órgãos do Sistema Judiciário; 3.2. Programas e projetos executados junto à sociedade e parceiros do sistema judiciário e governos (instituições) locais.

Tabela 3. Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Processos Internos, desejados para o período 2021-2026.

PROCESSOS INTERNOS						
MACRO-DESAFIOS	4. Estabelecer rotinas de boas práticas e melhoria contínua em processos e procedimentos internos	5. Reestruturar política de comunicação institucional e estratégica ao alcance da sociedade e do público interno	6. Garantir celeridade e efetividade nos julgamentos processuais	7. Aprimorar a Governança Judiciária	8. Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal	9. Potencializar gestão judiciária para atuação nas áreas finalísticas



OBJETIVOS	4. Reestruturar procedimentos e redefinir fluxos dos processos de trabalho das áreas judiciais e administrativas	5. Difundir o papel institucional e informar sobre pautas judiciais de interesse público	6. Ampliar o número de processos julgados, reduzindo passivo processual da Instituição	7. Potencializar o processo de inovação à governança judiciária	8. Construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social, com redução da taxa de encarceramento	9. Consolidar projetos para o desenvolvimento de práticas sustentáveis na instituição
RESULTADOS	4.1. Procedimentos internos bem definidos melhoram a produtividade e facilitam os atos administrativos e operacionais; 4.2. Organização interna de fluxos tem caráter mais assertivo; 4.3. Processos internos dinâmicos e menos burocráticos	5.1. Estratégia de comunicação é executada na sociedade; 5.2. TJ é reconhecido na sua missão institucional; 5.3. Sociedade mais envolvida e informada sobre o papel do TJ.	6.1. Celeridade e efetividade na prestação de serviços de forma efetiva; 6.2. Sistema de precedentes obrigatórios contribui com a celeridade; 6.3. Precedentes obrigatórios são utilizados, fortalecendo decisões judiciais.	7.1. Ações socioeducativas ampliadas e fortalecidas.	8.1. Redução de reincidência; 8.2. Diminuição da taxa de encarceramento.	9.1. Gestão comprometida com a boa prática ambiental; 9.2. TJ reduz custos de manutenção com práticas de sustentabilidade; 9.3. Melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; 9.4. Uso racional de recursos.

Tabela 4. Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Aprendizado e Crescimento, desejados para o período 2021-2026.

APRENDIZADO E CRESCIMENTO			
MACRO-DESAFIOS	10. Capacitar e valorizar servidores e colaboradores	11. Fortalecer a gestão de TIC	12. Definir estratégia institucional para o pós-pandemia
OBJETIVOS	10. Redefinir política de valorização profissional e de competência técnica	11. Definir e executar projetos estratégicos de TIC no TJ conforme resoluções do CNJ	12. Elaborar proposta de organização e funcionamento pós pandemia



RESULTADOS	10.1. Política de valorização profissional contribui com o bom desempenho dos servidores;	11.1. Estrutura de TIC modernizada, com segurança no sistema de dados;	12.1. Instituição estruturada para funcionamento virtual;
	10.2. Servidores mais qualificados, executam boas práticas de gestão;	11.2. Servidores preparados para uso de novas ferramentas de gestão (PJe e outros).	12.2. Eficiência operacional e adequação à nova realidade sanitária.
	10.3. Mapa de competência definido para gestão.		

Tabela 5. Macrodesafios, objetivos e resultados institucionais da perspectiva Sustentabilidade Financeira, desejados para o período 2021-2026.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA			
MACRO-DESAFIOS	13. Ampliar e diversificar fontes de recursos orçamentários e financeiros	14. Otimizar recursos orçamentários e financeiros	15. Assegurar infraestrutura adequada ao interior e à capital
OBJETIVOS	13. Desenvolver estudos e propostas para melhoria da arrecadação	14. Reduzir custos operacionais da Instituição	15. Oferecer segurança e qualidade às estruturas de funcionamento do TJAC
RESULTADOS	13.1. Ampliada a captação de recursos, por fontes internas e externas.	14.1. Plano de Otimização de Recursos Financeiros elaborado e implantado; 14.2. Estrutura de atendimento e funcionamento do TJ adequada à realidade econômica, sanitária e social.	15.1. Estrutura atende com melhor qualidade aos jurisdicionados, magistrados e servidores; 15.2. Programa permanente de reformas e manutenções preventivas implantado



10. A GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E OS RESULTADOS

Todo o processo a ser desenvolvido deve ser acompanhado e avaliado durante o seu percurso. Esta atitude gerencial garante o desempenho operacional das atividades, facilita a execução tornando atividades complexas em atitudes simples, pois o replanejamento das atividades é refeito de forma dinâmica durante o processo. Necessita, porém da avaliação e acompanhamento dos resultados das atividades.

O Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre necessita de acompanhamento da execução do Planejamento, com produção e divulgação de informações, no intuito de aperfeiçoar a implementação de suas ações, ampliando a quantidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

O TJAC conta com as seguintes instâncias de acompanhamento do PE 2021-2026: Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Acre - instância decisória; a Corregedoria-Geral da Justiça (COGER) – instância de fiscalização e corregência; a Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES) – instância executiva; e o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NUEGE) – instância de assessoramento.

Após sua elaboração, deve acontecer a implementação e o monitoramento do Planejamento, que deve envolver outras áreas, tais como: gerenciamento de projetos, setor de organização de fluxos e outros setores pertinentes, com vistas a otimização de processos de trabalho, produção e análise de dados estatísticos, seguindo os parâmetros da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

As unidades das áreas jurisdicionais e administrativas do TJAC deverão atuar de forma colaborativa para a sistematização das informações de suas competências vinculadas ao Plano Estratégico.

Orienta-se para que sejam realizadas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), quadrimestralmente, com o objetivo de avaliar e acompanhar os resultados, buscando possíveis subsídios para o aprimoramento do desempenho do PE. Assim como deverá ser divulgado até o final do primeiro trimestre do ano subsequente, o Relatório Anual de Desempenho do TJAC.

Os dados e informações produzidos devem ser publicados no portal eletrônico, assim como o Plano Estratégico e respectivos resultados (Resolução CNJ nº 325/2020), e se darão por meio:

- Análise dos indicadores de desempenho da Estratégia do Judiciário;
- Análise dos resultados das Metas Nacionais e Metas Específicas da Justiça;
- Verificação da realização de programas, projetos e ações e dos seus respectivos indicadores de desempenho e Metas Nacionais.



Cabe estabelecer processos articulados entre o Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Acre, a COGER, a DIGES e o NUEGE, que terão funções específicas e complementares para o cumprimento das ações e monitoramento deste Plano. A função do referido Comitê é acompanhar a execução do Planejamento Estratégico 2021-2026, definindo suas diretrizes e princípios de ação. É função da COGER a supervisão e fiscalização dos serviços judiciários e extrajudiciais constantes no PE. Reafirma-se que a função da DIGES é acompanhar, monitorar, controlar, revisar e reorganizar as diversas ações do planejamento de forma permanente, atentando para o desempenho e organização das atividades. Caberá ao NUEGE subsidiar a DIGES com análises estatísticas produzidas a partir das ações de caráter local e das diretrizes nacionais, como também, ao Comitê Gestor e à COGER em seus processos decisórios, quando requisitado.



11. PLANO DE METAS, INDICADORES E AÇÕES

11.1 PERSPECTIVA DA SOCIEDADE

MACRODE-SAFIO	1. GARANTIR DIREITOS AOS JURISDICIONADOS
OBJETIVO	Levar serviços de acesso à justiça para população mais vulnerável
RESULTADO	1.1. Resolutividade das ações processuais
META	Ampliar o número de pessoas atendidas em ações sociais em 2% ao ano
INDICADOR	Índice de Acesso à Justiça (IAJ)
ODS	 
METAS NACIONAIS	Meta 6: Priorizar o julgamento das ações coletivas Meta 8: Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário Meta 11: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica
MACRODE-SAFIO	2. FOMENTAR A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E REDUZIR LITÍGIOS
OBJETIVO	Ampliar a resolutividade do TJAC de forma consensual
RESULTADO	2.1. Política de mediação de conflitos é referência institucional
META	Ampliar em 1% ao ano, o número de conciliações
INDICADOR	Índice de conciliação
ODS	 
META NACIONAL	Meta 3: Estimular a conciliação Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário
MACRODE-SAFIO	3. FORTALECER RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
OBJETIVO	Aproximar e efetivar relações institucionais para prestação de serviços
RESULTADO	3.1. Programas e projetos executados junto à sociedade e parceiros do sistema judiciário e governos/instituições
META	Executar 10 projetos/ações sociais por ano, em parceria com instituições sociais e operadores de direitos



INDICADOR	- Pesquisa de avaliação do poder Judiciário - Índice de Transparência
ODS	 
META NACIONAL	Meta 3: Estimular a conciliação Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário

11. 2 PERSPECTIVA DOS PROCESSOS INTERNOS

MACRODE-SAFIO	4. ESTABELECEMOS ROTINAS DE BOAS PRÁTICAS E MELHORIA CONTÍNUA EM PROCESSOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS
OBJETIVO	Reestruturar procedimentos e redefinir fluxos dos processos de trabalho das áreas judiciais e administrativas
RESULTADO	4.1. Procedimentos internos bem definidos melhoram a produtividade e facilitam os atos administrativos e operacionais
META	- Revisar os fluxos e manuais dos processos de trabalho, até junho de 2022 - Revisar a estrutura organizacional, até 2024; - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais distribuídos até 31/12/2017; - Ampliar os julgamentos de ações coletivas em 60% distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau, e em 80% das ações distribuídas até 31/12/2019 no 2º grau.
INDICADOR	- Índice de atendimento a demanda no 1º grau; - Índice de atendimento a demanda no 2º grau; - Taxa de Congestionamento processual – Global;
ODS	
METAS NACIONAIS	Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos Meta 2: Julgar processos mais antigos Meta 4: Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais Meta 5: Reduzir a taxa de congestionamento Meta 6: Priorizar o julgamento das ações coletivas Meta 7: Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário
MACRODE-SAFIO	5. REESTRUTURAMOS POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E ESTRATÉGICA AO ALCANCE DA SOCIEDADE E DO PÚBLICO INTERNO
OBJETIVO	Difundir o papel institucional e informar sobre pautas judiciais de interesse público
RESULTADO	5.1. Sociedade mais envolvida e informada sobre o papel do TJAC
META	Executar programa de comunicação que atenda a 100% do Estado
INDICADOR	- Pesquisa de avaliação do poder Judiciário - Índice de Transparência



ODS	
META NACIONAL	Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário
MACRODE-SAFIO	6. GARANTIR CELERIDADE E EFETIVIDADE NOS JULGAMENTOS PROCESSUAIS
OBJETIVO	Ampliar o número de processos julgados, reduzindo passivo processual da Instituição
RESULTADO	6.1. Celeridade e efetividade na prestação de serviços
META	Reduzir o tempo médio de tramitação de processos em 10%
INDICADOR	- Índice de atendimento a demanda no 1º grau; - Índice de atendimento a demanda no 2º grau; - Taxa de Congestionamento processual – Global; - Índice de Atendimento à Demanda (IAD)
ODS	
RESULTADO	6.2. Sistema de precedentes obrigatórios contribui com a celeridade
META	Redução do tempo médio de tramitação de processos em 10%
INDICADOR	- Tempo médio entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese - Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)
ODS	
METAS NACIONAIS	Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos Meta 2: Julgar processos mais antigos Meta 4: Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais Meta 5: Reduzir a taxa de congestionamento Meta 7: Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário
MACRODE-SAFIO	7. APRIMORAR A GOVERNANÇA JUDICIÁRIA
OBJETIVO	Potencializar o processo de inovação à governança judiciária
RESULTADO	7.1. Aperfeiçoamento das práticas processuais e judiciais
META	Aumentar, gradativamente, em 5% ao ano, o percentual do Prêmio CNJ de Qualidade em cada ano subsequente
INDICADOR	- Índice de Desempenho no Prêmio CNJ de Qualidade nos eixos 'Governança' e 'Qualidade da Informação' - Índices de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)



ODS	 
METAS NACIONAIS	Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos Meta 2: Julgar processos mais antigos
MACRODE-SAFIO	8. APERFEIÇOAR A GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL
OBJETIVO	Construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social, com redução da taxa de encarceramento
RESULTADO	8.1. Medidas preventivas à criminalidade aprimoradas
META	- Desenvolver 10 ações por ano, voltadas à implantação da Justiça Restaurativa - Reduzir a taxa de encarceramento, ao ano
INDICADOR	Taxa de encarceramento
ODS	 
METAS NACIONAIS	Meta 8: Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário
RESULTADO	8.2. Ações socioeducativas ampliadas e fortalecidas
META	Ampliar em 3% por ano, a quantidade de ações voltadas ao aprimoramento das medidas socioeducativas
INDICADOR	Taxa de encarceramento
ODS	  
METAS NACIONAIS	Meta 8: Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário
MACRODE-SAFIO	9. PROMOVER POLÍTICAS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
OBJETIVO	Consolidar projetos para o desenvolvimento de práticas sustentáveis na instituição
RESULTADO	9.1. TJ reduz custos de manutenção através de práticas de sustentabilidade
META	Garantir que 50% dos indicadores do PLS tenham desempenho a partir de BOM
INDICADOR	Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)
ODS	    



RESULTADO	9.2. Melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho
META	Revisar e implementar o Plano de Logística Sustentável
INDICADOR	Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)
ODS	
METAS NACIONAIS	Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário Meta 10: Promover a saúde de magistrados e servidores Meta 12: Impulsionar os processos de ações ambientais

11.3 PERSPECTIVA DO APRENDIZADO E CRESCIMENTO

MACRODE-SAFIO	10. CAPACITAR E VALORIZAR SERVIDORES E COLABORADORES
OBJETIVO	Redefinir política de valorização profissional e de competência técnica
RESULTADO	10.1. Política de valorização profissional contribui com o bom desempenho dos servidores
METAS	- Estruturar e implantar o Programa de Avaliação e Desenvolvimento de Competências até 2022; - Desenvolver o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
INDICADOR	- Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho (PRQV) - Índice de Absenteísmo
ODS	
RESULTADO	10.2. Servidores mais qualificados, executam boas práticas de gestão
META	Fortalecer o programa de capacitação profissional (Plano de Gestão da ESJUD), com revisão a cada 2 anos
INDICADOR	- Índice de capacitação de magistrados - Índice de capacitação de servidores
ODS	
METAS NACIONAIS	Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário Meta 10: Promover a saúde de magistrados e servidores
MACRODE-SAFIO	11. FORTALECER A GESTÃO DE TIC
OBJETIVO	Definir e executar projetos estratégicos de TIC no TJ, conforme resoluções do CNJ
RESULTADO	11.1. Estrutura de TIC modernizada, com segurança no sistema



META	- Modernizar a estrutura física de TI em 70% até 2026; - Implantar programas eletrônicos conforme orientações do CNJ
INDICADOR	- Governança de TIC para o Poder Judiciário (iGovTIC-JUD) (Res. 370); - Percentual de sistemas utilizados pelo TJAC que atendem ao CNJ
ODS	
METAS NACIONAIS	Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos Meta 2: Julgar processos mais antigos Meta 5: Reduzir a taxa de congestionamento Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário Meta 11: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica
MACRODE-SAFIO	12. DEFINIR ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O PÓS-PANDEMIA
OBJETIVO	Elaborar proposta de organização e funcionamento pós pandemia
RESULTADO	12.1. Instituição estruturada para funcionamento híbrido
META	Estruturar um Plano Operacional Pós-pandemia até junho de 2022
INDICADOR	Índice de serviços disponibilizados de forma virtual para pelo TJAC
ODS	  
METAS NACIONAIS	Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário Meta 10: Promover a saúde de magistrados e servidores Meta 11: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica

11. 4 PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

MACRODE-SAFIO	13. AMPLIAR E DIVERSIFICAR FONTES DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
OBJETIVO	Desenvolver estudos e propostas para melhoria da arrecadação
RESULTADO	13.1. Ampliada a captação de recursos, por fontes internas e externas
META	Ampliar a arrecadação em 2%, ao ano
INDICADOR	- Índice de execução das dotações para despesas discricionárias (IEDD) - Índice de execução das dotações para projetos (IEP)
ODS	
METAS NACIONAIS	Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário Meta 11: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica



MACRODE-SAFIO	14. OTIMIZAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS
OBJETIVO	Reduzir custos operacionais da Instituição
RESULTADO	14.1. Instituição atua com menor custo operacional
META	Elaborar e implantar um Plano Anual de Contratações, até 2022
INDICADOR	Índice de execução das dotações para despesas discricionárias (IEDD)
ODS	
RESULTADO	14.2. Estrutura de atendimento e funcionamento do TJ adequada à realidade econômica, sanitária e social
META	Implantar estruturas unificadas em Comarcas não instaladas, até 2026
INDICADOR	Percentual de Comarcas atendidas por postos avançados e escritórios unificados
ODS	
METAS NACIONAIS	Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário Meta 11: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica Meta 12: Impulsionar os processos de ações ambientais
MACRODE-SAFIO	15. ASSEGURAR INFRAESTRUTURA ADEQUADA AO INTERIOR E À CAPITAL
OBJETIVO	Oferecer segurança e qualidade às estruturas de funcionamento do TJAC
RESULTADO	15.1. Estrutura atende com melhor qualidade aos jurisdicionados, magistrados e servidores
META	Atender as demandas de reformas e manutenções em 100% até 2026, a partir das prioridades estabelecidas
INDICADOR	Índice de condições de trabalho (ICT) Índice de execução do Plano de Obras
ODS	
METAS NACIONAIS	Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário Meta 10: Promover a saúde de magistrados e servidores



12. PROJETOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA ATUAÇÃO OPERACIONAL

PERPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROJETOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	UNIDADES COORDENADORAS
SOCIEDADE	1. Levar serviços de acesso à justiça para população mais vulnerável	- Elaborar e executar plano/projetos sociais para educação e garantia dos direitos;	PRESI COGER CEJUSC CIJ COMSIV NUPEMEC ESJUD DIGES DIINS DILOG NUEGE
	2. Ampliar a resolutividade do TJAC de forma consensual	Aprimorar Comitê de Diversidade Social: - Estruturação de Observatório Social da Justiça do Acre;	
	3. Aproximar e efetivar relações institucionais para prestação de serviços	Fortalecer Projetos de Justiça Itinerante; Fortalecer e implementar projetos de enfrentamento à violência contra a mulher e idosos; Fortalecer e implementar projetos de justiça à criança e juventude: Executar ações de acompanhamento pós-cumprimento de pena de medida socioeducativa; Fortalecimento das redes de proteção (mulher, criança e outras).	

PERPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROJETOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	UNIDADES COORDENADORAS
PROCESSOS INTERNOS	4. Reestruturar procedimentos e redefinir fluxos dos processos de trabalho das áreas judiciais e administrativas	Reestruturar e fortalecer políticas/equipes de mediação de conflitos; Fortalecer ações da justiça restaurativa; Desenvolver e aprimorar ações de alternativas penais;	PRESI COGER ESJUD DIFIC DIGES DIINS DIJUD DILOG DIPES DIR. REGIONAIS DITEC NUEGE
	5. Difundir o papel institucional e informar sobre pautas judiciais de interesse público	Fortalecer e executar projeto para produção de conhecimento e formação continuada: - Formação e difusão de conhecimentos, para a atuação em práticas da Justiça Restaurativa e para sua multiplicação; - Realização de articulações interinstitucionais, intersetoriais, multi/interdisciplinares e comunitárias, apoiando a utilização do enfoque e das práticas restaurativas no âmbito de políticas e serviços a cargo do poder executivo, notadamente nas áreas de segurança, assistência social, educação e saúde;	
	6. Ampliar o número de processos julgados, reduzindo passivo processual da Instituição	Reestruturar estratégia de comunicação e relação institucional junto à sociedade; Estruturar sistema de precedentes obrigatórios;	
	7. Potencializar o processo de inovação à governança judiciária	Reestudar estratégia de fluxos e procedimentos; Reestruturar a organização de atendimento da instituição;	
	8. Construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social, com redução da taxa de encarceramento	Desenvolver e Executar projetos de modernização, conforme estratégia nacional de TIC; Instalar PJe e outros instrumentos;	
	9. Consolidar projetos para o desenvolvimento de práticas sustentáveis na instituição	Implantar justiça 4.0; Fortalecer sistema de proteção dos dados institucionais.	



PERPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROJETOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	UNIDADES COORDENADORAS
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	10. Redefinir política de valorização profissional e de competência técnica	Executar projetos de sustentabilidade ambiental: - Instalar sistema de reaproveitamento de água pluvial; - Desenvolver projeto de energia fotovoltaica; - Fortalecer projetos de educação ambiental na gestão; Reestruturar política de valorização dos magistrados e servidores: - Executar programa/plano de formação inicial e continuada para juízes leigos, conciliadores, mediadores, estagiários e demais colaboradores, nos termos das legislações vigentes; - Desenvolver mapa de competência institucional; - Criar grupo de estudo e reestruturação do PCCR; - Fortalecer projeto de humanização institucional; - Realizar estudos de viabilidade de reorganização do quadro de servidores; Executar projetos de capacitação profissional de servidores e Magistrados junto à ESJUD; Definir estratégia de ampliação do quadro de estrutura de pessoal para TIC; Organizar plano de ação para pós-pandemia.	PRESI COGER ESJUD DIFIC DIGES DILOG DIPES DITEC DRVAC NUEGE
	11. Definir e executar projetos estratégicos de TIC no TJ conforme resoluções do CNJ		
	12. Elaborar proposta de organização e funcionamento pós pandemia		

PERPECTIVA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PROJETOS E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	UNIDADES COORDENADORAS
SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	13. Desenvolver estudos e propostas para melhoria da arrecadação	Estruturar portfólio de projetos para captação de recursos; Estruturar estratégia para fortalecimento de aumento da arrecadação própria; Criar e implantar grupo de estudos para otimização dos recursos; Fortalecer projeto de logística para manutenção e reforma dos equipamentos públicos; Desenvolver processo de reorganização da estrutura para aperfeiçoar o atendimento.	PRESI COGER DIFIC DIGES DIPES
	14. Reduzir custos operacionais da Instituição		
	15. Oferecer segurança e qualidade às estruturas de funcionamento do TJAC		



13. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Considerando que o Comitê Gestor do Planejamento e da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Acre foi instituído com a finalidade de acompanhar a execução do Planejamento Estratégico deste sexênio (2021-2026), e ainda, realizar sua revisão, orientando as iniciativas com fulcro nas políticas e estratégias institucionais de longo prazo.

Caberá ao Comitê o monitoramento deste Plano, por meio da produção de informações e conhecimentos no intuito de aperfeiçoar a implementação dos projetos e ações do TJAC, ampliando a quantidade e a qualidade dos serviços prestados à sociedade, para tanto, contará com a DIGES e o NUEGE para assessorá-lo. A COGER exercerá suas atribuições institucionais no intuito de resguardar e assegurar a boa execução do PE.

O monitoramento deste PE incidirá sobre os resultados e seus objetivos, metas e indicadores, bem como as variáveis econômicas que embasaram sua elaboração, por macrodesafios identificados.

Conforme a Resolução TJAC nº 180/2013, a COGER detém atribuições que reforçam e fortalecem o monitoramento do PE, são elas:

- Orientar, supervisionar e fiscalizar os serviços forenses realizados por magistrados e servidores das unidades judiciárias do 1º grau;
- Expedir normas para o bom funcionamento dos serviços judiciários e extrajudiciais cuja fiscalização lhe compete.
- Ainda conforme a Resolução TJAC nº 180/2013, compete à DIGES:
- Orientar e acompanhar as atividades de gestão estratégica executadas nas Diretorias Regionais.

Com tal propósito, a Diretoria de Gestão Estratégica ficará responsável por:

- Coordenar os processos e consolidar as informações de monitoramento e avaliação do PE, em articulação com as demais Unidades do TJAC;
- Disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico para o monitoramento e a avaliação do PE 2021-2026;
- Contribuir com os procedimentos de elaboração dos planos operacionais.

A estratégia de monitoramento e avaliação do PE está centrada no alcance das prioridades estabelecidas no Plano Estratégico, e deve acompanhar a execução de cada meta, tendo, portanto, flexibilidade para se adequar às suas especificidades, respeitando a forma



de organização e a disponibilidade de informações em cada caso.

Os resultados esperados estruturam o PE 2021-2016 e orientarão o processo de formatação do orçamento anual, o qual será refletido na LOA (Lei Orçamentária Anual). Cada Resultado possui objetivo, meta, indicadores e ações, traduzidas em projetos prioritários que, no seu conjunto, expressam o que será feito, e em que intensidade, o que efetivará planos operacionais.

Assim, se constituirão em atividades periódicas do monitoramento do Plano Estratégico, a partir dos dados disponibilizados pelas várias unidades do TJAC:

- Apuração dos indicadores correspondentes aos Macrodesafios/Resultados do PE;
- Análise situacional das metas físicas dos projetos/atividades, necessários para execução do PE;
- Elaboração de Relatório de Avaliação dos Resultados, incluindo análise situacional, registro quantitativo e levantamento de providências para o alcance das metas estipuladas no PE, o que será realizado com assessoria do NUEGE, e supervisão da COGER, quando couber.

É importante evidenciar que as informações relevantes à implementação dos programas e projetos prioritários, agendas transversais e ações voltadas para públicos específicos. Também é propósito do monitoramento captar subsídios para orientar a revisão do Plano Estratégico. Esse esforço serve ainda, para fortalecer a capacidade institucional para realizar planejamento, monitoramento e avaliação do seu trabalho.



ANEXO 1

Print das Reuniões e Oficinas realizadas para elaboração do PE 2021-2026



03/02 – Reunião com Diretores



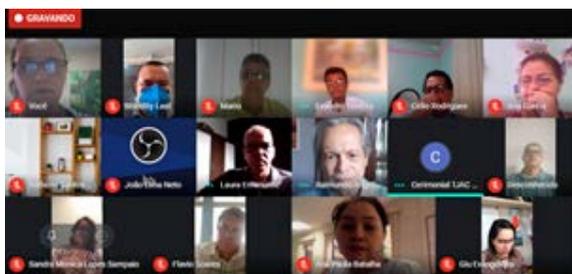
09/03 – Oficina com Gerentes



18/03 – Reunião com Magistrados



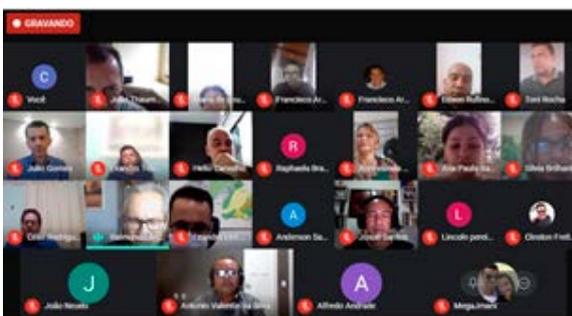
19/03 – Reunião com representantes de Sindicatos



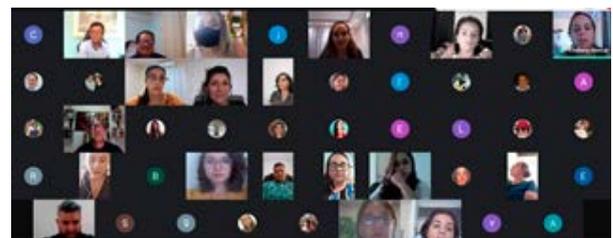
22/03 – Reunião com Gerentes



25/03 – Oficina com Diretores de Secretaria



30/03 – Oficina com Supervisores Administrativos



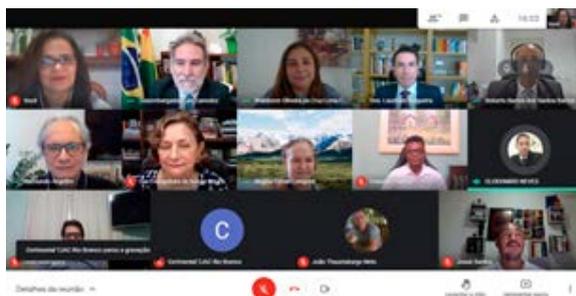
31/03 – Reunião com Assessores Judiciários 1º Grau



16/04 – Reunião com a Sociedade Civil



20/04 – Reunião com Operadores do Direito



23/04 – Reunião com Desembargadores



27/04 – Reunião com Juízes



ANEXO 2

PROGRAMAÇÃO DAS OFICINAS E REUNIÕES PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE 2021-2026³

OBJETIVO

Geral:

Atender a metodologia participativa de elaboração do Planejamento Estratégico (PE).

Específicos:

- Conhecer as percepções sociais da sociedade referentes ao TJ Acre;
- Contribuir com o processo de construção do cenário da Instituição;
- Colher propostas e sugestões que poderão ser incorporadas ao PE.

PROGRAMAÇÃO

Formato: virtual

1º MOMENTO - Socialização da proposta e do conceito de trabalho

- Abertura e objetivo da reunião
- Apresentação do conceito de trabalho
(10 min.)

2º MOMENTO – Apresentação dos participantes

- Participantes anunciam nomes e entidades que representam
(10 min.)

3º MOMENTO – Discussão coletiva

A discussão se dá a partir de perguntas orientadoras abertas, de caráter livre, cada participante poderá responder via chat ou de forma oral (3 min. por participante):

Qual a imagem temos hoje do TJ Acre? (Problemas e vantagens identificados na relação entre a sociedade e o TJAC)

- Quais propostas podem fortalecer a atuação institucional do TJAC?
(40 min.)

³ As perguntas orientadoras eram alteradas, em alguma medida, conforme o público participante.



4º MOMENTO – Socialização dos resultados e encerramento

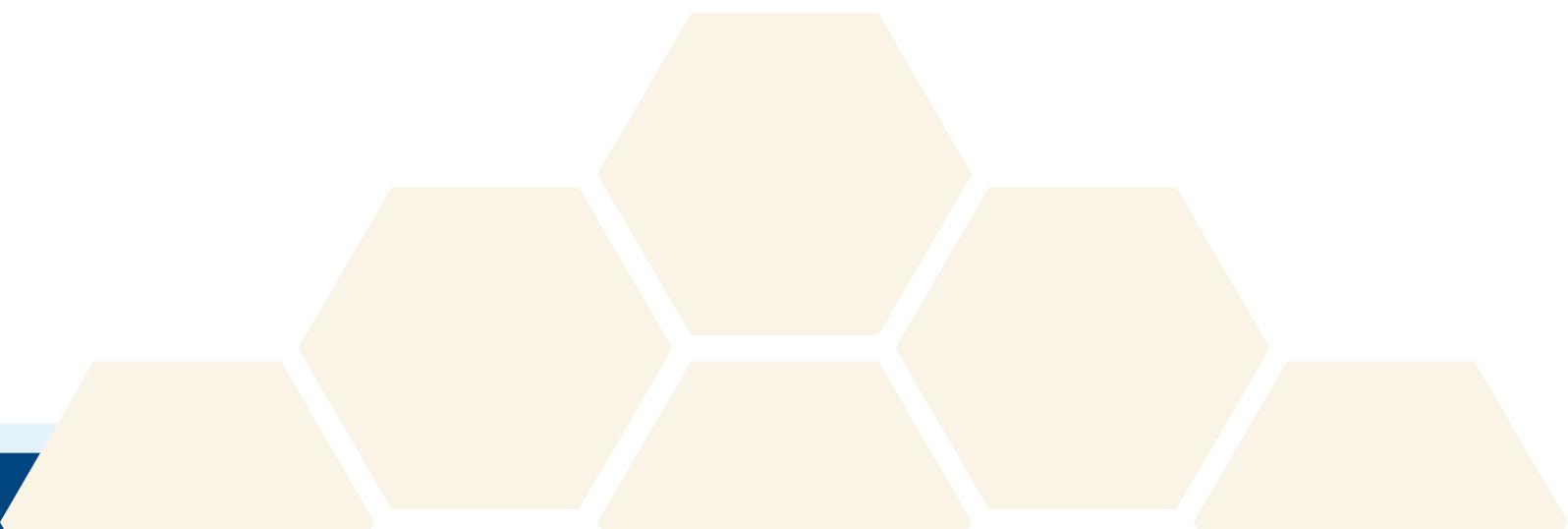
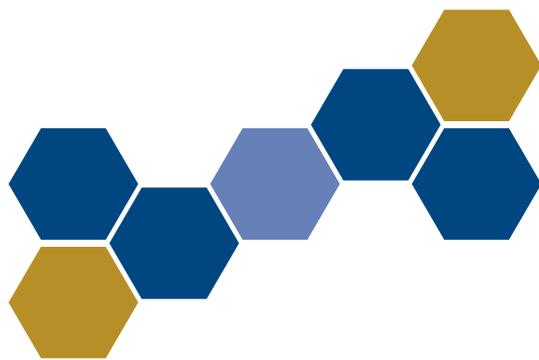
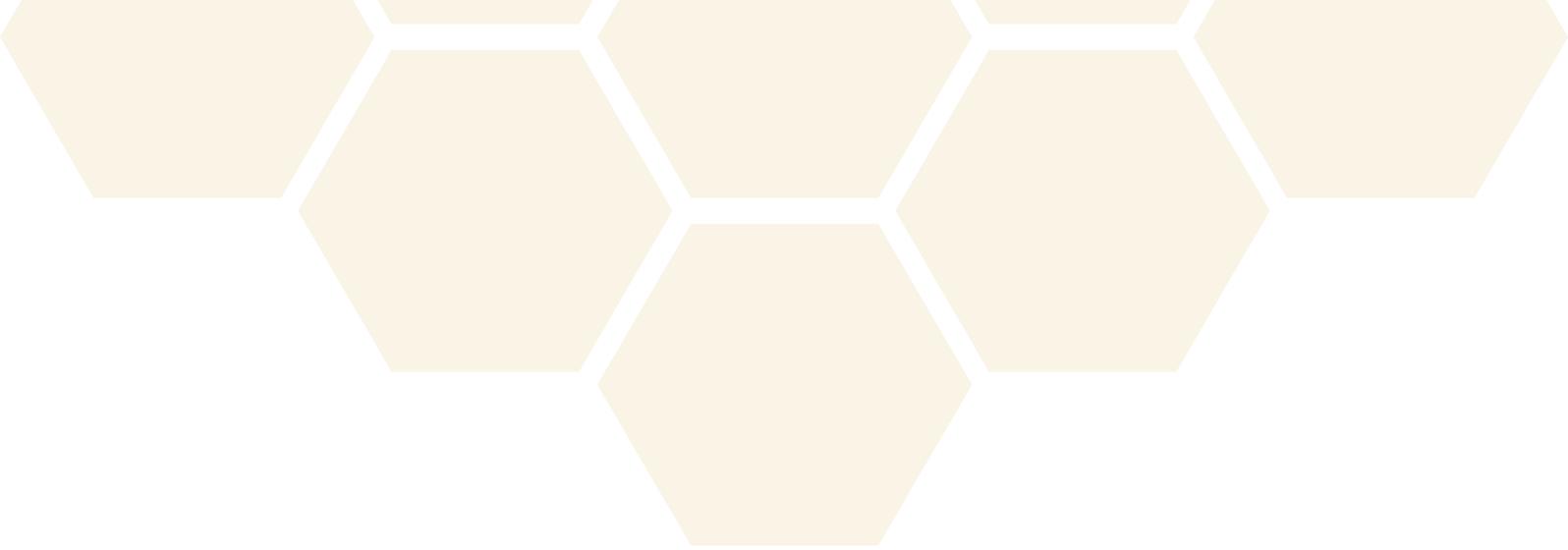
Apresentação final do quadro síntese da conversa.

(10 min.)

ENCERRAMENTO

Encerramento

(5 min.)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça

www.tjac.jus.br